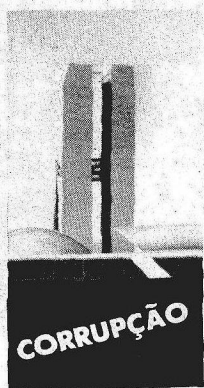


CPI amplia quebra de sigilo e vai apertar cerco sobre Alves e Fiúza

Geraldo Magela



A CPI do Orçamento aprovou ontem a quebra de sigilo bancário e fiscal de mais 23 pessoas e empresas. A extensa lista, sugerida pelo deputado Aloísio Mercadante (PT-SP) e pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS), deve aprofundar as investigações em torno dos deputados João Alves (PPR-BA) e Ricardo Fiúza (PFL-PE), que figuram entre os principais suspeitos de manipular verbas do Orçamento da União. O senador Bisol vai pedir ainda a quebra do sigilo de empresas e familiares de mais três deputados: José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Manoel Moreira (PMDB-SP) e Cid Carvalho (PMDB-MÁ).

A decisão de ontem inclui as empresas e os familiares de Fiúza (mulher e quatro filhos). A partir de 1991, Ilse Chaves, mulher do deputado, passou a declarar seus rendimentos em separado. Além disso, seu filho mais velho, Ricardo Filho, controla três empresas de agropecuária. A intenção é descobrir se existem bens do parlamentar em nome de seus familiares e empresas.

A CPI vai vasculhar, ainda, as contas utilizadas por João Alves, principal acusado pelo ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos, para fazer pagamentos das loterias à Caixa Econômica Federal (CEF). Além de quatro em seu nome, a CEF informou que o deputado utilizava outras onze contas correntes, em nome de terceiros, para cobrir as despesas com jogos. Na avaliação preliminar do deputado Mercadante, é provável que os nomes incluam doleiros, "fantasmas" e "laranjas" (testas-de-ferro).

Depoimentos — Na reunião secreta de ontem, os parlamentares definiram também o cronograma de depoimentos dessa semana. Hoje, às 22h00, Marinalva, a ex-mulher do deputado Manoel Moreira, presta esclarecimentos preliminares ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e aos deputados Pedro Pavão (PPR-SP) e Roberto Rollemberg (PMDB-SP).

Amanhã às 9h00, será a vez do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Na quinta-feira, às 18h00, do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). A sexta-feira e o sábado estão reservados para os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP) e José Geraldo (PMDB-MG), respectivamente. Nesses dois últimos casos, depende ainda da confirmação dos parlamentares, que podem escolher data, hora e local para o depoimento.

A CPI designou três parlamentares — deputados Zaire Resende (PMDB-MG) e Fernando Carrion



Bisol sugeriu a ampliação da lista de quebra de sigilo pela CPI

PESSOAS E EMPRESAS ATINGIDAS

- Agropecuária Jacana, Companhia Maranhense de Produtos Agropecuários e Empreendimentos Agroindustrial, de propriedade do deputado Ricardo Fiúza
- Ilse Chaves, Mulher, e Elisabeth, Maria Tereza, Ricardo Filho e Roberto, filhos de Ricardo Fiúza
- Contas correntes do deputado João Alves, na CEF, em Brasília, no Banco Cidade, em Salvador e Brasília, e no Banco Holandês Unido, em Salvador. As declarações de renda do parlamentar já estão com a CPI
- Contas correntes utilizadas por João Alves para o pagamento de jogos nas loterias administradas pela CEF
- Noélma Neves, no Banco Holandês Unido, em Salvador, e Maria Vidal Silva, no Bamerindus, em Brasília, empregadas do deputado
- Leonel de Melo Rocha, Banco Mercantil do Brasil, de Brasília
- Raimundo Nonato S. Coelho, do Banco Mercantil do Brasil, de Brasília
- Darquibaldo Guilherme M. Raimundo, do Banco Cidade, de Brasília
- Francisco Araújo Costa Júnior, do Banco Cidade, de Brasília
- Valcides de Araújo Silva, do Banco Bandeirantes, de Brasília
- Robson Esteves da Silva, do Banco Bandeirantes, de Brasília
- Slaymene Nassin el Kobrossi, do BRB, Agência Centro de Brasília
- Borla Bianca F. V. Brasilina, do Banco Itaú, Agência Barata Ribeiro, no Rio de Janeiro
- Elite agência de Viagens e Turismo, do Banco Bandeirantes, de Brasília

(PPR-RS) e senador Luís Alberto (PTB-PR) — para ouvir o dono da empreiteira Servaz, Onofre Vaz, sobre o envolvimento das empreiteiras com o Orçamento da União. "Todas as denúncias vinculadas ao Orçamento serão investigadas", resumiu o senador Jarbas Passarinho (PPR-PA).

Por iniciativa do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da comissão, o Congresso Nacional vai solicitar à Universidade de Brasília (UnB) um estudo sobre as pos-

sibilidades de um apostador acertar 56 vezes na loteria com saldo positivo. "Eu acho impossível, mas vamos ver", comentou o relator. João Alves justifica sua fortuna com os prêmios ganhos das loterias oficiais.

O deputado João Alves enviou cópia de reportagem da Veja, de abril de 1993, onde o matemático e engenheiro José Germano Buchain é apontado como o maior ganhador de loteria esportiva, com 429 prêmios até aquela data.